

Dívida externa e taxa cambial

19 MAR 1991

Saindo de uma moratória de um ano e meio, o Brasil está às vésperas de concluir um acordo com os bancos credores, o que lhe permitirá voltar, de cabeça erguida, à comunidade financeira internacional. Trata-se de fato que só pode ser recebido com grande satisfação a compensar o tempo perdido inutilmente. Porém, é interessante notar que essa decisão poderá exercer efeitos sobre a taxa cambial até agora fixada num mercado em que a oferta era real, mas com demanda mantida artificialmente baixa.

O governo brasileiro acaba de pagar US\$ 352 milhões de juros devidos de setembro a março. Isso representa 30% dessa dívida, ficando a regularizar uma parte não paga em cruzeiros pelas empresas estatais e outras unidades da Federação num montante de US\$ 137 milhões. Por outro lado, deveremos pagar, uma vez concluída a renegociação, de 24% a 27% sobre juros atrasados do ano passado (que representam cerca de US\$ 8 bilhões), ou seja, cerca de US\$ 2 bilhões. É possível que tal pagamento não ocorra de uma só vez, podendo-se prever que o Banco Central venha a lançar mão das suas reservas para fazê-lo.

Fica-se assim diante de uma modificação profunda da situação cambial do País, que até agora possuía reservas su-

periores a US\$ 8 bilhões. Será normal que esse novo quadro se reflita sobre a taxa cambial.

Até o momento, sempre defendemos a idéia de que o mercado flutuante do câmbio nada tinha de livre. Se do lado das receitas a oferta era real, com a suspensão do pagamento dos juros se sabia que a demanda vinha sendo artificialmente contida. Tal descompasso permitia uma valorização perigosa do cruzeiro que, de um lado, estimulava as importações, mas desestimulava as exportações.

O retorno a um mercado em que a demanda de divisas volta a se normalizar favoreceu ontem uma alta das taxas cambiais tanto no comercial quanto no paralelo. Não devemos receber tal evolução com temor: uma desvalorização do cruzeiro, como resultado de uma inflação real, é favorável ao País, porque torna as exportações mais fáceis. Isso é especialmente necessário porque, com o fortalecimento do dólar no mercado internacional, nossas vendas ao Exterior, feitas em moeda forte, se tornam mais difíceis. Por outro lado, as importações não mais se realizarão à força de uma taxa artificialmente baixa, o que favorece a nossa indústria em crise. Temos assim a esperar um ingresso de novos recursos, depois da conclusão do acordo com os bancos.

ESTADO DE SÃO PAULO